

Souza, Donaldo Bello de, Martinez, Silvia Alicia (Orgs.) (2010). *Educação comparada: Rotas de além mar*. São Paulo: Xamã.

517 pps.

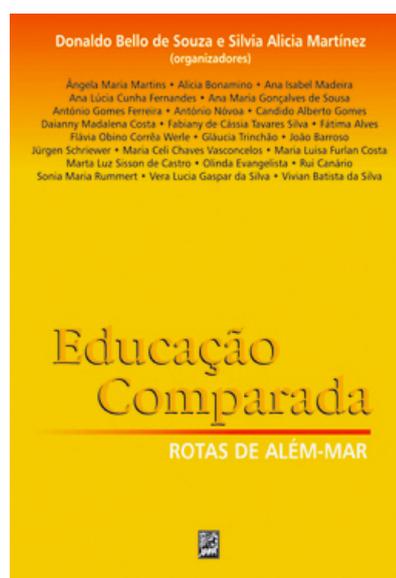
ISBN: 978-85-7587-124-9

### Resenhado por Susana Vilas Boas

Investigadora do Centro de Estudos Sociais  
Universidade da Beira Interior (UBI) – Portugal

Numa época de profundas mudanças no mundo da educação, a educação comparada interroga-se sobre a sua identidade e cultura enquanto disciplina e campo de estudo. Mais do que nunca, hoje é importante continuar a elaborar estudos históricos, sociais e políticos na área de educação comparada, visto que os fenómenos educativos estão inscritos em processos históricos específicos que condicionam o seu próprio caminho. *Educação comparada: rotas Além-mar* livro organizado por Donaldo Bello de Souza e Silvia Alicia Martinez tem o mérito de congregar 25 pesquisadores-especialistas que apresentam textos focando na emergência da educação comparada como campo de estudo discutindo aspectos epistemológicos e teórico-metodológicos actuais em torno de abordagens educativas. Além disso, o texto contribui para construir redes de pesquisa entre Brasil e Portugal. Tal como coloca o professor João Barroso: “Esta obra é um contributo para o surgimento de “novas geografias” de conhecimento sobre a educação” (p.13). Uma obra a não perder pois presenteia o leitor com uma enorme diversidade de perspectivas e objectos de estudo, produto do diálogo, transoceânico, que tem muito para oferecer aos seus estudiosos.

A obra subdivide-se em quatro partes fundamentais. Uma primeira parte intitulada *Rotas do conhecimento em Educação Comparada*, voltada para as discussões teórico-conceptuais e teórico-empriricas sobre a realização de estudos comparados na área da educação. O primeiro texto *Modelos de análise em educação comparada: o campo e a carta*, de António Novoa, explicita o processo de transição paradigmática em que a educação comparada se encontra e os desafios que deve fazer face. Num primeiro momento o autor cartografa a produção



no campo da educação comparada, no campo do seu processo histórico de desenvolvimento e apresenta uma leitura da diversidade de construções discursivas existentes, e num segundo momento, propõem a reconfiguração de uma educação comparada que tenha em conta “novos problemas, novos modelos e novas abordagens” (p.51). Um texto fundamental para a compreensão do movimento do campo da educação comparada.

A seguir Jurgen Schriewer *Aceitando os desafios da complexidade: metodologias de educação comparada em transição* põem em evidência a necessidade de construir uma verdadeira ciência da comparação a partir da reflexão sobre a complexificação progressiva da metodologia comparativa.

Ana Isabel Madeira é a autora do terceiro texto *O campo da educação comparada: do simbolismo fundacional à renovação das lógicas de investigação*, no qual procura clarificar a posição da educação comparada nas ciências da educação. A autora afirma que a actual reconfiguração das abordagens em educação comparada visam articular as perspectivas do sistema mundial, partindo do pressuposto de que a educação não é uma instituição nacional mas antes uma componente racionalizada de uma tecnologia mundial de progresso e modernização, com as perspectivas sócio-históricas, articulando a comparação de amplitude transnacional, com configurações ao nível regional e local.

Na sequência António Gomes Ferreira com o texto *O sentido da educação comparada: umas compreensões sobre a construção de uma identidade* propõem-nos uma análise da evolução da Educação Comparada em função de quatro períodos: da criação, da discrição, da interpretação e o da comparação complexa. Uma evolução caracterizada por uma grande diversidade de modelos, de abordagens e de métodos, que deve ser encarada não como uma fragilidade epistemológica, mas entendida como constitutiva da própria identidade disciplinar.

A primeira parte termina com um artigo dos editores desta obra Donald Bello de Souza e de Sílvia Martinez, *O estado do conhecimento em educação comparada Brasil – Portugal (1986-2006)*, que tem como fim apontar caminhos para o futuro depois da análise da produção em educação comparada sobre o Brasil e Portugal. Os autores concluem que existem poucos estudos nesta área, mas que começam a ter uma expressão crescente quer no contexto de cursos de pós-graduação, quer no âmbito de congressos e seminários.

A segunda parte intitulada *Rotas da história da educação em perspectiva comparada Brasil – Portugal*, expõe os estudos e os resultados de pesquisas no campo da história da educação numa perspectiva comparada Brasil – Portugal.

Ana Lúcia Cunha Fernandes é a autora do primeiro texto, intitulado *Produção do conhecimento pedagógico: análise comparada de revistas de educação e ensino no Brasil – Portugal (1880-1930)*. Uma reflexão sobre o conhecimento pedagógico a partir de uma abordagem histórico-comparada, no qual, a autora confirma a existência de pontos significativos de contacto entre as histórias educacionais dos dois países tanto no passado como no presente e conclui “que o conhecimento pedagógico, enquanto conhecimento meramente “científico”, não existe.... O que existe é um uso social colectivo que dele se faz.” (p.235) Alertando para o facto que devemos pensar a educação não só regida por princípios científicos mas também por princípios políticos, sociais e de poder.

Sílvia Alicia Martinez no capítulo, *Saberes "normalistas" e sua circulação e apropriação no contexto Portugal-Brasil: o caso do Manual Elementos de Pedagogia, de Affreixo e Freire*, faz um breve estudo do manual em questão, começando por situar os autores portugueses e a sua obra no contexto dos finais do século XIX, em seguida estuda as secções que o compõem na procura de identificar as principais referências e tópicos abordados, ou seja, dos saberes entendidos como importantes para o estudo da Pedagogia e necessários para a formação dos futuros mestres. Em título de conclusão, a autora compara os saberes veiculados no manual com um conjunto documental composto por provas e pontos de provas elaborados no

interior da Escola Normal de Campos, confirmando que estas provas empregavam os mais atualizados pressupostos pedagógicos e defendiam o uso de materiais intuitivos prescritos pelo manual, contudo nas práticas os professores resistiam ao abandono de métodos tradicionais. A autora termina abrindo portas ao debate, este fato “estimula a pensar na produção de sínteses sui generis nas profundezas do cotidiano escolar” (p.255).

A seguir, Maria Celi Chaves Vasconcelos com o capítulo *A educação na casa: uma prática das elites portuguesas e brasileiras no século XIX*, remonta ao período histórico no qual surge o debate entre a educação doméstica e a educação escolar, tanto em Portugal como no Brasil. Desta análise a autora conclui que esta “prática das elites tanto em Portugal, quanto no Brasil, conviveu durante todo o século XIX, com os colégios particulares e com a escola pública estatal emergente, persistindo ainda durante parte do século XX nas classes mais abastadas ou nas regiões mais afastadas e apresentando-se de diferentes formas em função da situação, lugar e posição social dos usuários” (p.277). Verifica ainda que em ambos os países este tipo de educação era inspirada em modelos estrangeiros, com agentes estrangeiros e que tinha como referenciais obras, tratados e documentos de conteúdo essencialmente europeu, em ambos os países.

O quarto texto, *Notas sobre uma história de leituras para normalistas em Portugal e no Brasil (1870-1970): tornar visíveis os distanciamentos nas proximidades*, redigido por Vivian Batista da Silva tem como objectivo de examinar as proximidades e distâncias que se tornam visíveis nos manuais pedagógicos editados nos dois países durante uma década e relacionar essas publicações ao processo de difusão mundial da escola, levada a efeito desde o século XIX. A autora conclui desta análise que “de fato, a expansão desses modos de escolarização só foi possível mediante as trocas de informações ocorridas em níveis nacionais e internacionais” (p.292).

*História comparada sobre a institucionalização da disciplina de desenho nas escolas imperiais luso-brasileiras*, é o título do quinto artigo de autoria de Gláucia Maria Costa Trinchão. Nele a autora segue a trajectória e identifica as raízes históricas da inserção dessa disciplina nas escolas públicas luso-brasileiros, a partir das primeiras iniciativas de institucionalização do ensino público no século XIX. Período em que o desenho emerge nos mais variados modelos de escolas, mostrando uma combinação entre o viés técnico e o artístico e com uma grande variedade de métodos de ensino. A autora conclui, que “Os dois países acreditaram que a educação centralizada nas mãos do poder Estatal estimularia e configuraria o progresso das nações, e que a vulgarização do ensino de Desenho incrementaria a industrialização, ideais que se fortaleceram a partir da década de 1850” (p.314).

A fechar este lote de trabalhos, Vera Lúcia Gaspar da Silva apresenta o artigo, *Estar aqui, estar lá*, no qual procura os “sentidos da profissão docente da escola primária na virada do século XIX para o século XX em dois estados brasileiros (Santa Catarina e São Paulo) e em Portugal” (p.320). Nele, a autora reconhece muitas similaridades entre os modelos de escola e os sentidos para a profissão docente e identifica pistas para a localização de nichos de compreensão para projectos tão semelhantes em terras tão distantes. Com a perspectiva comparada como recurso e percurso para escrever parte de uma “história de sentidos” da profissão docente do ensino primário, a autora desinstala certezas e insere novas interrogações.

*Rotas da educação superior, de jovens e adultos, inclusiva e formação de professores em perspectiva comparada Brasil – Portugal* é o título da terceira parte que reúne estudos que tratam questões relacionadas aos diferentes níveis e modalidades de educação.

No texto assinado por Ana Maria Gonçalves de Sousa, com o título *Brasil e Portugal em busca da democratização do acesso ao ensino superior mediante os programas de financiamento estudantil sob a perspectiva da prática comparativa*, a autora procura identificar os programas de financiamento estudantil no ensino superior no Brasil e em Portugal e compreender a

relevância desse financiamento enquanto mecanismo de democratização do acesso ao ensino superior, no final do século XX e início do século XXI. Nesta análise encontra similitudes e diferenças nesta matéria entre os dois países e conclui questionando sobre as razões do crescimento deste financiamento “até que ponto os programas de financiamento estudantil no ensino superior luso-brasileiro têm realmente como foco o aspecto social de inclusão ou é um mero artifício que favorece o Estado no contexto da lógica capitalista” (p. 352).

O segundo texto, *Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil e em Portugal: escritos preliminares*, de Sónia Maria Rummert e Rui Canário, pretende apresentar elementos de análise acerca das políticas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da classe trabalhadora, tal como se configuram na presente década, no Brasil e em Portugal. Nele analisam três programas, dois brasileiros (PROJOVEM e PROEJA) e um português (CNO). Iniciam por expor uma reflexão de carácter geral acerca do quadro político-económico internacional em que tais programas foram formulados e implementados e a seguir apresentam descrições e considerações acerca dos referidos programas. Os autores concluem criticando as actuais acções políticas que, “sob a aparência da inovação, geram a continuidade da submissão ao instituído, e que o instituído é gerador de diferenças de carácter socioeconómico, cada vez mais extensas e profundas” (p.369). E sugerem cuidados extremos, eficácia dos mecanismos de controle social e a máxima seriedade neste processo. Para que “a educação de adultos seja algo mais do que mera resposta às voláteis demandas do mercado e às exigências da permanente construção e manutenção da hegemonia das classes dominantes” (p.370).

Na sequência, Fabiany de Cássia Tavares Silva assina o artigo *Estudo comparado das salas de recursos (Brasil) e das salas de apoio (Portugal): Buscando nexos entre a educação especial e a escola inclusiva*. Nele, procura compreender de que modo o conjunto de exigências de uma maior integração, igualdade, equidade e inclusão, fundamentado nas escolas inclusivas, ou não, traz alterações conceituais na proposição e na operacionalização dessas salas. A autora conclui que se pode falar de uma contaminação entre os dois sistemas públicos de educação ao incorporarem, em suas legislações e estruturas, elementos muito semelhantes entre si. E levanta a hipótese de que os “Factores de ordem política e educativa mais específicos, como o movimento pela/da educação inclusiva desses dois países, trazem à cena novos contextos para as categorias espaço, tempo e currículos adaptados, levam a novos estudos e à superação das relações causais mecanicistas deficiência-serviços, em favor de uma leitura mais interpretativa do que explicativa” (p.388).

O quarto texto, *História da formação de professores em cursos a distância: é possível uma comparação entre Brasil e Portugal?*, de Maria Luisa Furlan Costa, pretende segundo a autora ser uma provocação. Nele, retoma aspectos históricos e legais sobre o processo de criação e de consolidação da Universidade Aberta de Portugal, bem como do caminho percorrido para a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil e verifica a existência de pontos de aproximação e de distanciamento entre as experiências de EAD desenvolvidas pelos dois países. A autora reafirma “que a modalidade de educação a distância tem contribuído de modo significativo para o processo de democratização do ensino superior, tanto no Brasil quanto em Portugal, especificamente para a capacitação dos professores em exercício e para a formação de novos professores” (p.404) e adverte para a necessidade de uma avaliação permanente das actividades desenvolvidas nestas Universidades.

*Sentidos da profissionalização docente*, é o título do último artigo da terceira parte de autoria de Olinda Evangelista. Nele, analisa a importância dada à formação do professor nos anos de 1990, fenómeno ocorrido em vários países, com nuances diferenciadas relativas à sua posição na divisão internacional do trabalho. Por um lado, tenta compreender como os intelectuais seleccionados entendiam a noção de profissionalização, e por outro lado, compreender as implicações políticas presentes nas referidas abordagens. A autora conclui

“que a apropriação de conceitos de autores radicados em outros países parece ter sido feita sem as devidas mediações” (p.420). E não se frute de fazer uma crítica deixando a seguinte sugestão “ao invés de discutir a obsolescência do professor, talvez seja pertinente discutir, com base na vasta produção acumulada, as condições objectivas para a construção de uma profissionalização docente que tenha em vista um pensar e fazer colectivos, que projecte um futuro e não responsabilize o professor individualmente pelo “presente imperfeito”, ademais sem pretérito.” (p.422)

Na Quarta e última parte desta obra: *Rotas da gestão e Avaliação da educação em perspectiva comparada Brasil – Portugal*, tal como indica o título encontram-se trabalhos vinculados às temáticas da gestão e da avaliação da educação.

Cândido Alberto Gomes e Marta Luz Sisson de Castro, apresentam o primeiro artigo da última parte desta obra, *Centralização e descentralização: dilemas em ambos os lados do atlântico*. Após a análise da trajetória dos dois países com matrizes históricas e circunstâncias histórico-sociais diferentes, os autores criticam as duas posições e afirmam que, tanto “a descentralização, como o seu oposto, não é a chave dourada de “mais e melhor educação” ... “é preciso um norte fixado pelo Estado, ao qual coerentemente se ajustem as políticas governamentais. Norte que não seja implicitamente a manutenção mais ou menos velada da estratificação social” (p.441).

O segundo texto, *Gestão e autonomia da escola pública no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos*, é o artigo de Ângela Martins que tem como foco principal a noção de autonomia. Deste trabalho a autora conclui que a agenda política implementada a partir de meados dos anos 1980 em ambos os países - centrada no discurso da modernização e da autonomia das escolas como um dos principais instrumentos para instaurar uma gestão democrática - não conseguiu romper definitivamente a cultura político-administrativa consagrada por práticas tradicionais, gerando um campo de tensão que tende a ampliar-se entre as redes escolares e os órgãos centrais. Apontando duas razões: 1) “as propostas de reorientação normativa dos sistemas de ensino esbarram, permanentemente, em relações institucionais cristalizadas na máquina pública” (p.468). 2) “são os problemas históricos de diminuição dos factores de equidade e qualidade do ensino não vêm sendo solucionados, senão que agravados, não existe perenidade nos programas e nas legislações, recaindo sobre professores e equipas de direcção o chamamento para a jornada de recuperação da escola pública” (p.469).

A seguir, Flávia Obino Corrêa Werle e Daianny Madalena Costa com o texto, *Políticas participativas em escolas públicas de educação básica: comparações entre os casos brasileiros e portugueses*, analisam a possibilidade dos representantes da comunidade escolar e, não apenas o Estado, serem considerados sujeitos capazes de intervir nos processos de regulação da educação. Após a análise das Assembleias de Escola portuguesas e os Conselhos Escolares das escolas públicas do Rio Grande do Sul, confirmam semelhanças e algumas variações entre as políticas democratizantes e participativas nos dois países. Os autores concluem, que esta semelhança “é uma das faces da globalização na medida em que esta se manifesta, nos sistemas públicos de educação, por fluxos de concepções democratizantes e autonomistas, quase sob a forma de uma acção à distância e por meio de processos que parecem, numa primeira mirada, identificados com as necessidades locais, mas que evidenciam um reordenamento muito amplo das relações internas dos sistemas de ensino e das regiões que atendem” (p.490).

*Factores associados à eficácia escolar no Brasil e em Portugal a partir dos dados do PISA 2000*, de autoria de Alícia Bonamino e Fátima Cristina Mendonça Alves, encerra a quarta e última parte desta obra. Nele, as autoras utilizam os dados de PISA para a realização de um estudo comparativo que tem o objectivo de identificar características escolares promotoras de eficácia escolar, a partir do desempenho em leitura. Deste trabalho concluem, que poucas são as similaridades dos efeitos dos factores escolares na comparação entre Brasil e

Portugal e identificam diferentes variáveis associadas à diminuição do desempenho escolar em ambos os países. No Brasil destacam o absenteísmo docente como a variável mais importante e em Portugal a infra-estrutura física da escola, estes resultados corroboram a pertinência das políticas desenvolvidas pelos dois países nas respectivas áreas de intervenção. As autoras finalizam por destacar “a importância de estudos comparativos desta natureza...o desenho de pesquisa desta avaliação internacional abre novas perspectivas na área dos estudos sobre factores escolares promotores de eficácia, ainda pouco explorada, mas bastante profícua para a compreensão das problemáticas educacionais específicas às realidades locais” (p.509).

Finalmente, atesta-se que esta obra é uma esplêndida e eloquente amostra de vitalidade do campo da Educação Comparada, conforme também constatado no livro pelo professor Miguel Pereyra (Universidade de Granada). É uma obra que realiza o esforço de comparar na dimensão educacional os universos brasileiros e portugueses e um livro que cumpre com brilhantismo o papel de promover os estudos de Educação Comparada em ambos os lados do atlântico. Por esse motivo, torna-se um trabalho de referência imprescindível para a literatura científica do campo da educação comparada, a não perder.

\*\*\*

**Sobre os organizadores da coletânea: Donaldo Bello De Souza:** Pós-doutor em Política e Administração Educacional pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Lisboa (UL). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto da área de Economia da Educação no Departamento de Políticas Públicas, Avaliação e Gestão da Educação (DEPAG) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador Visitante da Fundação Carlos Chagas (FCC-SP).  
[donaldosouza@hotmail.com](mailto:donaldosouza@hotmail.com)

**Silvia Alicia Martinez:** Pós-Doutora em História da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Lisboa. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da mesma universidade. Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).  
[silvia-martinez@hotmail.com](mailto:silvia-martinez@hotmail.com)

**Sobre a autora da resenha: Susana Vilas Boas** Investigadora do Centro de Estudos Sociais, da Universidade da Beira Interior (UBI). Mestre em Educação de Adultos pela Universidade de Coimbra (UC – Portugal) em intercâmbio com a Universidade de Granada (UG – Espanha). Graduada em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCE) da UC.  
[suvboas@gmail.com](mailto:suvboas@gmail.com)

\*\*\*

#### **Resenhas Educativas/ Education Review**

publica resenhas de livros recém-lançados na Educação, abrangendo o conhecimento e a prática em sua totalidade. Todas as informações são avaliadas pelos editores:

•

**Editor para Espanhol e Português**

**Gustavo E. Fischman**

Arizona State University

•

**Editor Geral (inglês)**

**Gene V Glass**

Arizona State University

•

**Editora de Resenhas Breves (inglês)**

**Melissa Cast-Brede**

University of Nebraska at Omaha

As resenhas são arquivadas e sua publicação divulgada por meio da listserv (EDREV).